

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

TERRITÓRIO E CIDADANIA

Gisela Castro

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 140-141, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38195/24577>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

TERRITÓRIO E CIDADANIA

Giselda Castro *

Reconhecemos hoje que o desenvolvimento social, o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais exigem adequado planejamento territorial, que tenha em conta os limites de sustentabilidade. Avulta, portanto, o papel do geógrafo no cenário nacional.

A moderna ciência geográfica constitui-se, numa análise abrangente das relações entre a sociedade e o espaço por ela ocupado.

O desenvolvimento urbano depende prioritariamente das condições do meio ambiente-território que, em princípio e ao fim, é responsabilidade primeira do cidadão.

O fenômeno mais característico da segunda metade do nosso século é precisamente o despertar da consciência do cidadão à necessidade imperiosa de participar dos negócios da coisa pública. Cada vez mais, em todo o mundo, agrupa-se em movimentos organizados, para diversos objetivos reivindicatórios específicos, tendo em comum a característica de não serem político-partidário, independentem de interesse econômico imediato e lutar por melhores condições de vida. São genericamente chamados de Organizações Não Governamentais (ONGs) – designação que é imprecisa, pois que entidade de classe ou cartorialistas, *in lato senso*, também não são governamentais, mas não se enquadram neste setor da sociedade civil.

Creio que um ponto que melhor os define é o que visa ao controle, não ao domínio do poder.

Etimologicamente **cidadão** significava o habitante da cidade, termo que foi assumindo um sentido social e político na medida que crescia a autonomia das cidades. Hoje, o termo indica todo o membro de uma comunidade nacional, sujeito aos deveres por ela impostos e gozando dos direitos por ela atribuídos. Direitos e deveres – do Estado como da comunidade por ele dirigida – são dois pratos da balança que devem estar equilibrados, para que possamos usufruir de uma sociedade socialmente justa e economicamente factível.

Cidade vem do latim *civitas*, termo que não conotava num aspecto material, mas sim numa forma de convivência – uma unidade feita pela integração ou participação de muitos. Aqui encontramos a perfeita relação entre cidadão – membro da cidade – e o território onde vive. Se pesquisarmos o que constitui uma cidade, considerada como uma comunidade, verificaremos que, entre outros requisitos, estão a contigüidade espacial e a consciência de interesses comuns, de onde deverá advir, naturalmente, a participação em obras comuns.

Como sócia fundadora da ADFG – Amigos da Terra – Ação Democrática Feminina Gaúcha – que tem como objetivo precípuo a promoção da cidadania participante e integrante, por convite expresso do prefeito Tarso Genro, de uma administração que tem, no resgate da cidadania, uma de suas molas propulsoras, sinto-me à vontade, gratificada mesmo, por participar neste painel do XV Encontro Estadual de Professores de Geografia, que na sua moderna concepção não se limita a conhecer a superfície da terra, mas também, colaborar na valorização da terra e do homem.

É uma ciência de capital importância no planejamento de políticas governamentais, pois quaisquer que sejam os empreendimentos projetados, seu sucesso dependerá de sua localização. A ocupação racional e adequada de um determinado espaço depende do conhecimento exato de suas condições físico-geográficas, dos recursos naturais e das técnicas de aperfeiçoamento destes recursos.

O movimento geográfico brasileiro com a criação, em 1934, dos primeiros cursos de formação de geógrafos na Faculdade de Filosofia, é hoje, o mais importante da América do Sul. O geógrafo é peça indispensável ao processo de desenvolvimento nacional. Um dos maiores problemas que enfrentaremos no próximo milênio, será o das megalópoles, que absorverão mais e mais recursos para enfrentar o seu massivo, contínuo e desordenado crescimento, tornando-se inviáveis, como é o caso de São Paulo e a cidade do México.

Avoluma-se a esfera pública de excluídos que estão sob controle dos interesses tradicionais; um quadro caótico se considerarmos a persistente crise econômica que nos assola, e, em consequência, os sempre insuficientes orçamentos municipais. Como foi muito bem colocado pelo prefeito de Porto Alegre, a única saída parece ser a criação de condições de modificação desta esfera pública individual e coletiva, para torná-la um instrumento de controle e indução sobre o Estado – o controle do poder a que me referia, falando da característica fundamental das ONGs.

O Orçamento Participativo, marca registrada das duas Administrações Populares, foi o embrião desta nova visão de sociedade que se firmou e continua crescendo no Projeto Porto Alegre Mais – Cidade Constituinte, uma vitoriosa iniciativa política que projetou Porto Alegre no cenário nacional e internacional. Quando falamos da atuação dos cidadãos, pensamos numa forma de intervenção na vida pública, com uma motivação social direta e concreta, fundamento essencial da democracia participativa, a única consentânea com a realidade do terceiro milênio.

A sociedade civil organizada, o poder cidadão, até pouco tempo excluído, praticamente esquecido pelo poder econômico e o poder instituído, a não ser como massa eleitoral, é a única força capaz de trazer o equilíbrio e o discernimento indispensáveis às medidas decisórias que determinam o destino das cidades e dos países.

Felizmente esta concepção começa a impor-se à consciência de governantes e de governados, conforme expresso na Declaração RIO/93 – Primeira Conferência de Cidades Para o século vinte e um, assinada por 26 representantes de cidades ibero-americanas e também européias:

(...) urge, por meio de esforço sistemático empreendido em torno da idéia de um patriotismo cidadão, resgatar a esperança de nossos municípios em dias melhores, direcionando a balança incerta de nossas realidades no sentido da cidade-promessa e da cidade-futuro, superando as deseconomias representadas pelo lado escuro das mazelas que afligem nossas cidades – contribuindo, assim, de maneira decisiva, para consolidar a democracia e garantir a paz.

* Coordenadora do Programa Guatba Vive.